



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 297/2013

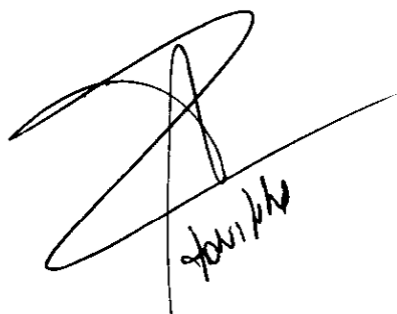
Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên – APAE de Piên, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

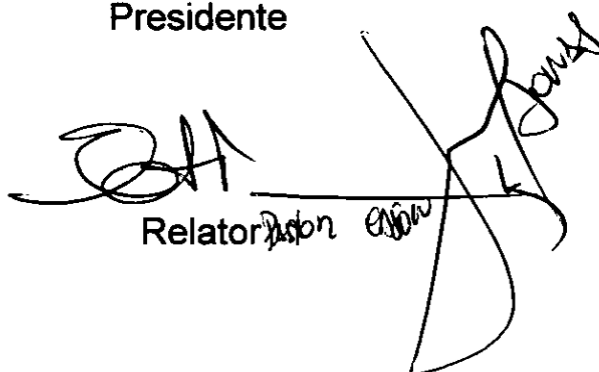
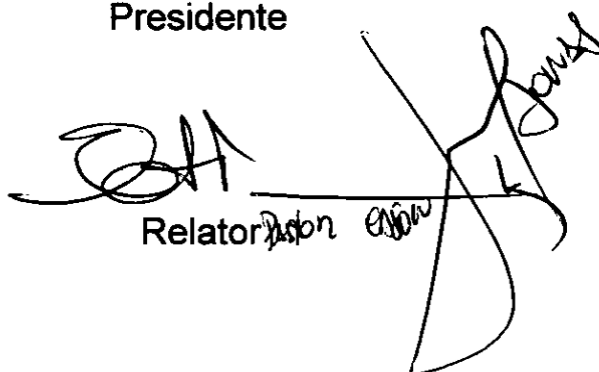
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên – APAE de Piên, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Alexandre Curi


Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº357/2013


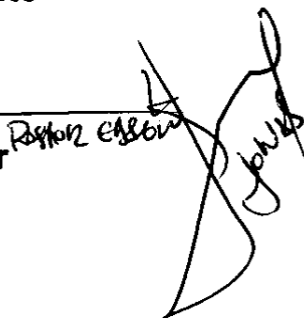
Declara de Utilidade Pública o Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

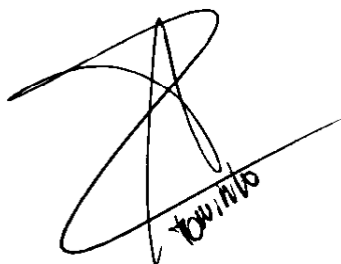
Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Dom Bosco – Comunidade Terapêutica, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 389/2013

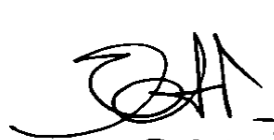
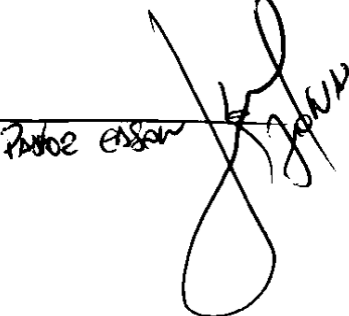
Declara de Utilidade Pública a
Associação Brasileira de Educação
Musical - ABEM, com sede e foro no
Município de Londrina.

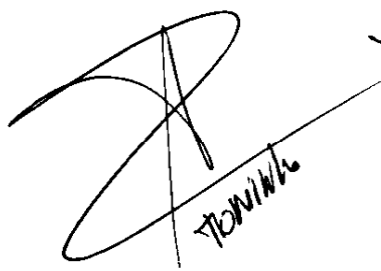
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


Toninho



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 256/13

Súmula: Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica criado o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

Art. 2º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais, em atenção às previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 1.228/10).

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial:

I – formular a Política de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná, bem como estabelecer seus princípios e diretrizes;

II – participar da elaboração da proposta orçamentária do Estado verificando a destinação de recursos para a população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;

III – pesquisar, estudar e estabelecer soluções para os problemas referentes ao cumprimento dos tratados e convenções internacionais de combate ao racismo, preconceito e outras formas de discriminação e as violações de direitos humanos;

IV – formular critérios e parâmetros para a implementação das políticas públicas setoriais à população negra e comunidades negras tradicionais, em consonância com a Convenção 169, da OIT e com o Decreto Federal nº 6.040/07;

V – instituir instâncias compostas por membros integrantes do Conselho e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política de Igualdade Racial do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VI – identificar necessidades, propor medidas ou instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas setoriais relevantes para o exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos relativos à Igualdade Racial;

VII – zelar pela diversidade cultural da população paranaense, especialmente pela preservação da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, constitutivos da formação histórica e social do povo paranaense;

VIII – acompanhar e propor medidas de proteção a direitos violados ou ameaçados de violação por discriminação étnico-racial em todas as suas formas e manifestações;

IX – identificar sistemas de indicadores, com o objetivo de estabelecer metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas com a promoção da Igualdade Racial no Estado;

X – receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias, reclamações, representações de quaisquer pessoas ou entidades, em razão das violações de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais;

XI – elaborar, apresentar e dar publicidade a relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Governador do Estado, aos representantes dos demais Poderes e à sociedade civil;

XII – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular de políticas públicas de promoção da Igualdade Racial, por meio da elaboração de planos, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

XIII – propor aos Poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados às políticas públicas da população negra do Estado do Paraná, visando à promoção da Igualdade Racial;

XIV – subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses da população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;

XV – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da Igualdade Racial no Estado do Paraná;

XVI – promover o intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais e internacionais, visando atender a seus objetivos;

XVII – pronunciar-se, emitir manifestações e prestar informações sobre assuntos que digam respeito aos direitos da população negra e das comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

XVIII – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XIX – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento à população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná, que pretendam integrar o Conselho;

XX – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR e aprovar o Plano de Políticas Públicas de Igualdade Racial, em consonância com as conclusões das Conferências Estadual e Nacional, e com os Planos e Programas contemplados nas Leis Orçamentárias.

Parágrafo único. As deliberações, tomadas com a observância do quórum estabelecido nesta Lei e dentro das atribuições acima referidas, terão caráter normativo e serão vinculantes em relação aos demais órgãos estatais, podendo o Conselho realizar contato direto com os órgãos do Estado do Paraná pertencentes à administração direta ou indireta.

Art. 4º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR não ficará sujeito a qualquer subordinação hierárquica ou político partidária, de forma a preservar sua autonomia e o regular exercício de suas atribuições.

Art. 5º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR será composto por 28 (vinte e oito) membros, a saber:

I - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Turismo, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIV – um membro titular e um membro suplente a serem indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dentre Parlamentares da sua Comissão de Direitos Humanos;

XV – quatorze representantes titulares e quatorze representantes suplentes de entidades da sociedade civil organizada com atuação na promoção da igualdade racial no Estado do Paraná, com personalidade jurídica e em funcionamento há pelo menos dois anos.

§ 1º A eleição das entidades representativas da sociedade civil no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR dar-se-á em assembleia própria, durante a Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada a cada dois anos, conforme disposto em Regimento Interno.

§ 2º A Presidência do Conselho será eleita mediante procedimento determinado pelo Regimento Interno, devendo haver alternância do cargo entre conselheiros representantes de órgãos governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil organizada.

§ 3º Caberá às entidades da sociedade civil organizada a indicação de seus membros titulares e suplentes, no prazo de trinta dias a contar da data da eleição, para a devida nomeação pelo Governador do Estado.

§ 4º O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na substituição da entidade da sociedade civil organizada pela mais votada na ordem de sucessão.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 5º Os membros das entidades da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de dois anos, permitida uma reeleição e não poderão ser destituídos salvo por razões que motivem a deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, assegurada a ampla defesa.

§ 6º Os membros representantes do Poder Executivo e Legislativo poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a quatro anos seguidos.

§ 7º A função de conselheiro será considerada de caráter público relevante e exercida gratuitamente.

Art. 6º A estrutura, organização e funcionamento do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão disciplinados em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado por ato próprio, no prazo de noventa dias após a posse de seus membros eleitos e indicados para a primeira gestão.

Art. 7º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º As deliberações do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão tomadas por maioria simples, estando presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 9º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz e sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 10. As sessões do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão públicas, abertas a qualquer interessado, que poderá participar com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, por intermédio do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, prestará todo o apoio técnico e administrativo, bem como local e infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR.

Parágrafo único. A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU custeará o deslocamento, a alimentação e a permanência dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para o deslocamento de comissões de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

trabalho e, ainda, as despesas dos Delegados representantes do Poder Público e dos Delegados representantes da sociedade civil organizada, eleitos na Conferência Estadual de Igualdade Racial, para viabilizar a presença dos mesmos na Conferência Nacional de Igualdade Racial.

Art. 12. Fica criado o Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUNDEPPIR, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das ações de promoção da igualdade racial, assim constituído:

I - dotação a ele consignada no orçamento do Estado;

II - recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;

III - recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR;

IV - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

V - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI - outros recursos que forem destinados.

Art. 13. Para a pronta instalação do Conselho, os representantes da sociedade civil organizada serão indicados em assembleia especialmente convocada para este fim, cujo mandato será automaticamente extinto quando de nova escolha durante a realização da primeira Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, a ser convocada no prazo máximo de 6 seis meses, contados a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Considerado seu caráter transitório, o referido mandato dos representantes da sociedade civil, estabelecido nos termos do *caput*, não será computado para o limite previsto no art. 5º, § 5º, desta Lei.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de junho de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 15/06/2013
Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 062 /2013.

Curitiba, 17 de junho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 24 JUN. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dar outras providências.

A presente proposta de criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial justifica-se diante do disposto no art. 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), conforme segue:

Art. 4º *A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

I – inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II – adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

Observa-se que a lei supracitada prioriza políticas de ação afirmativa e inclusão de políticas públicas, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.

Ademais, conforme o Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012, mais especificamente em seu artigo 2º, incisos IV e V, constata-se que a criação do referido Conselho vem ao encontro das políticas públicas promovidas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, vejamos:

Art. 2º. *O campo de atuação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU compreende as atividades relacionadas com a definição de diretrizes para a política governamental, focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:*

(...)

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.132.562-6



IV – de defesa dos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência;

*V – da defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa e das minorias;
(grifo nosso)*

Assim, com intuito de garantir a defesa dos direitos da cidadania, bem como das minorias, as ações afirmativas propostas pelo Anteprojeto de Lei visam, nestes casos, a criação e implantação dos conselhos de direitos.

Ressalte-se, ainda, que os conselhos são mecanismos de garantia da cidadania, através da participação governamental e da sociedade civil, motivo pelo qual a proposta em tela é fundamental para formação dessa política.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/2013

Projeto de Lei nº. 256/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 062/2013

Súmula: Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de promoção da igualdade racial e adota outras providências.

EMENTA: CRIA O CONSEPIR – CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar o CONSEPIR – Conselho Estadual de promoção da igualdade racial, órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, integrando, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-ACabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator

APROVADO

02/07/13


Dep. Perillo

Dep. Fereira



Dep. Furini


Dep. Walter



Dep. Amorim


Dep. Curi

Dep. Bordin


Dep. Krieger

Dep. Carlos


Dep. P. Carlson


Dep. Henrique



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 062/13, que objetiva criar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR e adota outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Caito Quintana, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Ressalta-se que o objetivo da criação do CONSEPIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial, combatendo a discriminação étnico-racial, reduzindo as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que no art. 14 do projeto em questão, o autor salienta que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento do Poder Executivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Isto posto, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.

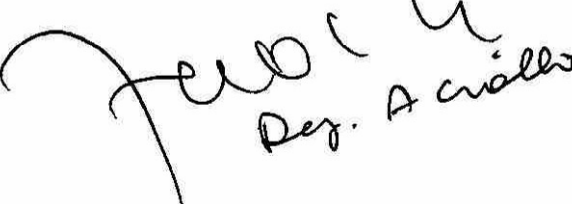
Sala das Comissões, 10/07/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


Dep. Elvino


Dep. Waldyr


Dep. Acriello



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, sobre o projeto de Lei n. 256/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO que *Cria o CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei n. 256/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO, objetiva a criação do *CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL* e adota outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada, a proposição tem por escopo criar o mencionado conselho atendendo o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial).

Desta forma, prioriza políticas de ação afirmativa e inclusão de políticas públicas, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.



Menciona o Decreto Estadual nº 5.558/12, em especial o seu artigo 2º, afirmando que o mencionado dispositivo vem de encontro com a proposição em análise.

Por fim, o Poder Executivo ressalta que os conselhos são mecanismos de garantia da cidadania, por intermédio da participação governamental e da sociedade civil, motivo pelo qual a proposta em tela é fundamental para a formação dessa política.

Na sequência o Projeto de Lei nº 256/2013 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, não havendo apresentação de emendas por estas.

Conforme a matéria versada no PL, o mesmo fora encaminhado a essa Comissão para análise de seu mérito.

É O RELATÓRIO.

II- DO VOTO

Conforme mencionado no relatório, o PL visa criar o *CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIA*, priorizando a criação de políticas de ação afirmativa e políticas públicas de inclusão social, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Pois bem.

A análise do mérito da proposição impõe dois tipos de preocupação.

No primeiro, ocupa-se com a efetiva existência do problema que a proposição objetiva resolver, qual seja a disparidade racial e com a eventual necessidade de iniciativa legislativa estatal para dar-lhe solução.

Enquanto, no segundo, o foco recai sobre a criação de conselho específico para deliberar sobre políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, política e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais.

A Relatoria não pretende se estender na avaliação do primeiro aspecto. Considerando não se admitir dúvidas a respeito das desvantagens econômicas, sociais e políticas que historicamente se acumularam sobre os ombros da população negra brasileira, nem a respeito da importância de políticas públicas



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

destinadas a sanar a situação de injustiça assim criada, em benefício da integração nacional e da construção da sociedade livre, justa e solidária por que nossa Constituição Federal almeja (art. 3º, I).

Neste aspecto, devemos de fato nos dedicar ao segundo tipo de preocupação envolvida na análise de mérito, ou seja, a criação do conselho em comento o qual se dedicará na avaliação da consistência e da oportunidade de soluções concretas para superar os obstáculos à consecução da efetiva igualdade racial no Estado do Paraná.

Assim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem entre si deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovadas integralmente.

Ante o exposto, me atenho exclusivamente ao mérito em relação a competência desta Comissão, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO**, do Projeto de Lei nº 256/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, considerando que os termos propostos, em seu mérito, em relação a essa

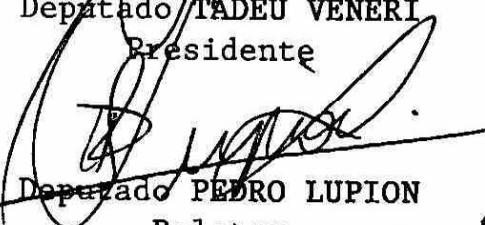



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Comissão temática, coadunam com o ordenamento jurídico vigente, e por compreender ser um avanço legislativo o mérito da proposta.

Sala das Comissões, 17 de Julho de 2013.


Deputado TADEU VENERI
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


WILSON QUINTERO


NEY DEPREVOST



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Amboal Knury

Emenda de Plenário nº 01

DAP 13 AGO. 2013

Visto *Claudio*



14:53 13/08/2013 006961 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 256/2013

O inciso XV, do artigo 5º do Projeto de Lei 256/2013 passará a contar com a seguinte redação:

Art. 5º (...)

....

"XV – quatorze representantes titulares e quatorze representantes suplentes de entidades da sociedade civil organizada com atuação na promoção da igualdade racial no Estado do Paraná, com personalidade jurídica e em funcionamento há pelo menos dois anos e que tenham representantes, em número de igualdade, das etnias árabes, judias, indígenas, afrodescendentes, ciganas e asiáticas."

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2013.

Ney Leprevost
Ney Leprevost
Deputado Estadual PSD

Justificativa:

A emenda ora apresentada tem como objetivo garantir a representação igualitária entre todas as etnias no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade.



REQUERIMENTO



Requer a **Retirada** de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 256/13, de autoria do Poder Executivo.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a **Retirada** da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 256/13, de autoria do Poder Executivo, protocolada em plenário na data de 13/08/2013.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2013.


NEY LEPREVOST
Deputado Estadual


Caline Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246

27/08/13

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 27/8/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

278/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 JUL. 2013

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o Instituto Brasileiro de Segurança com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública do Instituto Brasileiro de Segurança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.

NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Instituto Brasileiro de Segurança é uma entidade sem fins lucrativos, que tem a finalidade de desenvolver a igualdade social e inclusão, promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos, promoção ética, da paz, da cidadania dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e, em especial, promoção da segurança e proteção aos cidadãos brasileiros, estrangeiros residentes no país e de seus patrimônios, para atender as necessidades do mercado e da cidadania, capacitar, qualificar e integrar no mercado os profissionais para atuar no segmento da segurança privada e/ou pública, através de cursos palestras, assessorias em geral e especialização dos agentes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 278/2013



Projeto de Lei nº. 278/2013
Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Declara de Utilidade Pública o
INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA, com
sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA- I.B.S**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

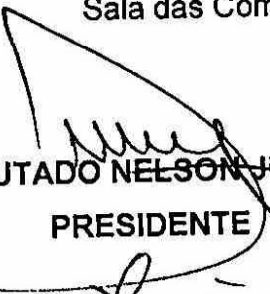
Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.



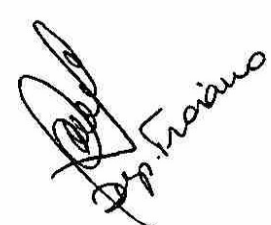
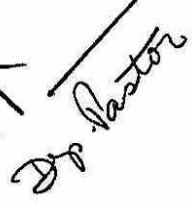
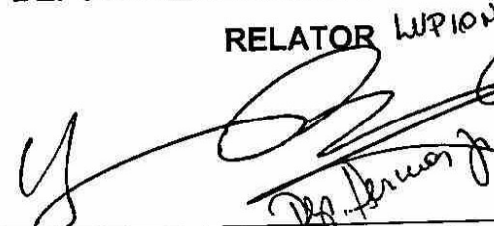
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

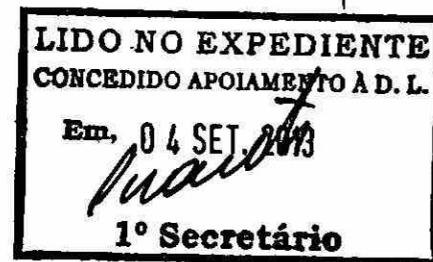





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

13/08/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 393/2013

Declara de Utilidade Pública da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná – “ADETUR LITORAL”, com sede e foro no Município de Paranaguá/PR.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná - “ADETUR LITORAL”, com sede e foro no Município de Paranaguá/PR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2013.

Valdir Rossoni
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná - "ADETUR LITORAL", é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 20 de outubro de 2006, duração por tempo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro no Município de Paranaguá/PR.

A "ADETUR LITORAL" tem como finalidade a de ser órgão gestor e de apoio às atividades, projetos iniciativas do turismo no litoral do Paraná, sensibilizar e conscientizar a sociedade para a importância do turismo no litoral do Paraná, realizar e promover quaisquer eventos que dinamizem o destino turístico, difundir atividades educacionais, culturais e científicas, promover o desenvolvimento social na região, entre outras.

Diante do exposto, solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual para a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná - "ADETUR LITORAL". A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente. Por isto solicitamos apoio de nossos ilustres pares para aprovar o presente Projeto de Lei, por ser do mais justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 393/2013

Projeto de Lei nº. 393/2013

Autor: Deputado Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ- "ADETUR LITORAL"**, com sede e foro no Município de Paranaguá.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – **LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ- "ADETUR LITORAL"**, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, em 17 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




APROVADO

17/09/13 



Dep. Fumini
Dep. Pastor



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI

401/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Moreira Sales.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Moreira Sales, dos seguintes imóveis:

Lotes nºs 1 e 2, da Quadra nº 89-J, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, 862, descritos na Transcrição nº 9.178 do Registro de Imóveis de Goioerê;

Lotes nºs 6 e 7, da Quadra nº 88, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, s/nº, descritos na Matrícula nº 8.504 do Registro de Imóveis de Goioerê.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados com cláusula de inalienabilidade, serão usados exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. Os imóveis doados reverterão ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos imóveis doados, caso contrário os mesmos retornarão ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 091/2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I - A DA7 p/ litem no expediente
II - A DL p/ litem no expediente
E, 04/09/2013
[Handwritten signature]

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Moreira Sales, dos seguintes imóveis: Lotes nºs 1 e 2, da Quadra nº 89-J, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, 862, descritos na Transcrição nº 9.178 do Registro de Imóveis de Goioerê e Lotes nºs 6 e 7, da Quadra nº 88, com área total de 600,00 m², situados na Avenida Marangoni, s/nº, descritos na Matrícula nº 8.504 do Registro de Imóveis de Goioerê.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que os referidos imóveis serão utilizados exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que os imóveis em referência ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade, que serão usados exclusivamente para o fim previsto, que retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos bens doados, caso contrário os imóveis retornarão, também, ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

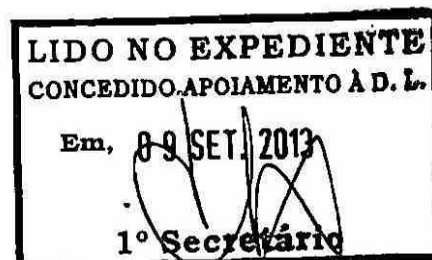
[Handwritten signature of Carlos Alberto Richa]
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.723.262-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



14:28 09/09/2013 007782 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 401/2013

Projeto de Lei nº 401/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 91/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Moreira Sales.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 91/2013, visa efetuar a doação ao município de Moreira Sales, do imóvel com área total de 600 m², composto pelos lotes nº 1 e 2, da Quadra 89-J, conforme Matrícula nº 9178, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê, e do imóvel com área total de 600 m², composto pelos lotes nº 6 e 7, da Quadra nº 88, conforme matrícula nº 8504, do mesmo Cartório de Registro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

10/09/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 401/2013

Projeto de Lei nº 401/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 091/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que específica ao Município de Moreira Sales.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 401/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 091/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que específica ao município de Moreira Sales, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. Os imóveis a serem doados estão conferidos pela Matrícula nº 8.504 e Transcrição nº 9.178 do Registro de Imóveis de Goioerê- PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 401/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Moreira Sales no Estado do Paraná, com a doação de imóveis destinados exclusivamente ao Serviço Público Municipal. As áreas a serem doadas serão utilizadas especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumprindo a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini;
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 401/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 091/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 401/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

DAP

Fls. 13

de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Moreira Sales, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 401/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de setembro de 2013.*

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Teruo Kato
Elton Welter
Tercílio Turini
Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Adelino Ribeiro
Pastor Edson Praczyk